Indo-europeu, lingüística e... racismo

Arquivo Izidoro Blikstein

"APENAS PARA ARIANOS". DIZ A INSCRIÇÃO NO BANCO DE PRAÇA, NA ALEMANHA NAZISTA

Voltar as origens, descobrir o povo ou a raça primitiva, recuperar a língua original deve ser mesmo o grande sonho ao longo da história da humanidade, porque, como bem observou Don Cameron Allen (1), "o homem é um incorrigível genealogista que consome a vida inteira à procura de um pai".

Nesse sentido, a noção de *indo-europeu*, como origem das modernas línguas européias, como berço das civilizações européias e indo-arianas, ou ainda como povo ou raça de onde se originaram europeus e indianos, tem sido tão sedutora e teve tais desdobramentos que "indo-europeu", talvez, seja muito mais conhecido e explorado

por aquilo que *não é* do que por aquilo que *realmente seja*.

É oportuno, pois, logo de início, dissipar o manto da ilusão que envolve esse conceito e afirmar algo que, para o senso comum, pode soar como heresia ou disparate: indo-europeu não é propriamente uma língua ou um povo e, muito menos, uma "raça"!

Indo-europeu é, antes de tudo, uma *hipótese de trabalho* construída no séc. XIX por lingüistas e filólogos que, ao descortinarem o parentesco entre as línguas indo-arianas ou indo-iranianas, faladas na Índia ou no Irã antigos (vale observar que os termos "ariano" e "iraniano" estão ligados

à palavra sânscrita *Aryas*, “nobre”, “senhor”), e as línguas européias, propuseram, para esses dois grandes grupos lingüísticos, uma origem comum, batizada convencionalmente com o nome de “indo-europeu”. Hipótese de trabalho... parece pouco, mas foi graças a essa hipótese que gramáticos, filólogos e estudiosos das línguas clássicas antigas, como o grego e o latim, desprenderam-se da ótica tradicional da cultura européia, ampliaram os seus horizontes e perspectivas lingüísticas, assentando, então, as bases da *gramática comparada* das línguas indo-européias, um dos mais fecundos aparelhos teórico-metodológicos da moderna ciência lingüística.

E tudo começou entre a segunda metade do séc. XVIII e o início do séc. XIX, com a revelação do sânscrito - a refinada linguagem dos textos sagrados e literários do hinduísmo (é bom lembrar: *sânscrito* é um adjetivo que significa “bem feito”, “enfeitado”, “adornado”) - ao mundo intelectual do Ocidente.

Pasme o leitor! Logo o sânscrito, essa coisa oriental, exótica, mística, ensinada no Departamento de Línguas Orientais da Universidade de São Paulo, e que ninguém sabe direito o que é e para que serve?! Pois é, caro leitor, foi o conhecimento do sânscrito - essa língua esquisita que tanta estranheza e (por que não dizer?) tanta ferocidade tem despertado em ciosas e pragmáticas mentes que, enxergando a universidade como uma ativa empresa, produtora ininterrupta de... salsichas (como aquelas de *Meu Tio*, do genial e esquecido Jacques Tati), gostariam de banir tudo o que não fosse “produtivo” -, foi justamente a revelação do sânscrito, repito, que possibilitou aos filólogos e lingüistas, a partir da constatação do parentesco entre as línguas européias e indo-iranianas, estabelecerem aquele que pode ser considerado o primeiro método seguro e objetivo para a análise e a descrição dos sistemas lingüísticos, a saber, o *método histórico-comparativo*. Tal parentesco fica evidente num simples confronto de palavras sânscritas com formas latinas, gregas, eslavas, germânicas e de outros grupos de línguas européias. São notáveis, por exemplo, as semelhanças formais entre: sânscrito *asti*, latim *est*, grego *esti* = “é” (verbo “ser”); sânscrito *yugam*, latim *iugum*, grego *dzugon*, germânico *yuk* = “o jugo”; sânscrito *pitr*, latim *pater*, grego *pater*, germânico *fadar* = “pai”; sânscrito *matr*, latim *mater*, grego *mater*, eslavo antigo *mati*, germânico *modar* = “mãe”; sânscrito *bhratr*, latim *frater*, grego *frater*, germânico *brodar* = “irmão”; sânscrito *trayas*, latim *tres*, grego *treis*, eslavo antigo *trije* = “três”, etc.

Na verdade, as semelhanças entre o sânscrito e as línguas européias já tinham sido percebidas bem antes do séc. XIX. Ocorre, no entanto, que a

história das idéias e do pensamento não é linear; ao contrário, ela é descontínua e, no dizer do eminente lingüista romeno Eugenio Coseriu (atualmente professor de Lingüística Românica na Universidade de Tübingen, Alemanha Ocidental), a história da ciência lingüística é “cheia de ocos, a tal ponto que, reiteradamente, as mesmas coisas voltam a ser ‘redescobertas’”... Assim, já no séc. XVI, o italiano Filippo Sassetti (que morreu em Goa) notara as correspondências entre o sânscrito e o italiano, sobretudo na categoria dos numerais - por exemplo: italiano *sette*, sânscrito *sapta*; italiano *nove*, sânscrito *nava*, etc. -, mas tais observações, que só vieram à luz no séc. XIX, eram pontuais, isoladas e careciam de uma interpretação mais profunda em que se identificassem as causas de tais semelhanças. A partir de aproximações entre formas como o sânscrito *danam* e o latim *donum* = “dom”, sânscrito *agnis* e latim *ignis* = “fogo”, sânscrito *asmi* e grego *eimi* = “eu sou”, o jesuíta francês Coeurdoux, que viveu na cidade indiana de Pondichéry, foi mais longe ao sustentar, em 1768, em Paris, que as semelhanças entre o sânscrito, o latim e o grego se deviam a um parentesco de origem. Mas suas teses também permaneceram inéditas (só foram publicadas em 1808) e isoladas, sem a força e a ressonância necessárias para gerar um movimento científico e intelectual em torno da “descoberta” de uma origem comum das línguas européias e indo-européias.

Tal movimento seria desencadeado pelo pronunciamento do diplomata inglês William Jones que, em 1786, na Sociedade Asiática de Calcutá, demonstraria como a *comparação* entre o sânscrito, o latim e o grego realçava semelhanças formais e semânticas que só poderiam ser explicadas por um parentesco de origem. Esboçavam-se, então, noções fundamentais para o estudo histórico-comparativo das línguas indo-européias: *comparação*, *parentesco* e *origem comum*.

Era o embrião da *gramática comparada* das línguas indo-européias ou, num plano mais amplo, da *lingüística indo-européia*, na qual o sânscrito desempenharia um papel indispensável para o controle e a verificação das inferências obtidas pelo confronto e a comparação das formas sânscritas, latinas, gregas, etc. Esse papel foi determinado sobretudo pela distância entre a Índia e o Ocidente. De fato, os enormes hiatos culturais históricos e geográficos entre o mundo indiano e a Europa, ao isolarem o sânscrito de seus parentes lingüísticos europeus, tornaram-no um precioso instrumento de comparações e deduções. Assim, quando a semelhança entre formas latinas e gregas se estendesse também ao sânscrito, tal concordância não se deveria ao acaso, nem a uma eventual, e praticamente impossível, influência

IZIDORO BLIKSTEIN é professor de Lingüística da Universidade de São Paulo.

1 Citado por L. Poliakov, *O Mito Ariano*, São Paulo, Perspectiva, 1974.

do latim ou grego sobre o sânscrito, e nem tampouco a uma relação “natural” entre forma e conteúdo (ou significante e significado), pois sabemos, conforme a lição clássica de Ferdinand de Saussure, que a relação entre a palavra e o seu significado, longe de ser permanente e “natural”, é arbitrária e convencional. Conseqüentemente, a proximidade formal e semântica entre o latim, o grego e o distante sânscrito só poderia ser explicada por uma origem comum. Como bem observou um dos grandes mestres da lingüística indo-européia, o francês Antoine Meillet, em sua fundamental *Introduction à l'Étude Comparatives des Langues Indo-européennes* (2), “... a coincidência de três línguas não-contíguas é suficiente para garantir o caráter indo-europeu de uma palavra...”

Para ilustrar o papel do sânscrito na detecção da origem comum de formas européias e indianas, vale citar, apenas como exemplo, os termos que designam o conceito “pensamento” nessas línguas; de fato, a comparação entre o sânscrito *manas*, o latim *mente* e o grego *menos* permite, a partir de elementos comuns às três línguas, como M e N, postular uma origem, ou *raiz* comum que seria, por hipótese, **men-*. O asterisco é uma convenção adotada por lingüistas para indicar uma forma hipotética. E **men-* seria, então, uma raiz indo-européia *hipotética*, que não pode ser comprovada por documentos e foi estabelecida pela comparação entre as formas sânscritas, latinas e gregas, e pela constatação dos elementos que lhes eram comuns.

Foi, portanto, assim que a comparação de formas e a detecção de elementos comuns ao sânscrito, latim, grego, eslavo, germânico, etc. permitiram aos lingüistas a postulação de uma hipotética origem comum para esses grupos lingüísticos: o indo-europeu.

Eclode então, no começo do séc. XIX, um deslumbramento dos intelectuais e, particularmente, dos filólogos e lingüistas: a reconstrução da língua original, o indo-europeu, a partir da comparação entre o sânscrito e as línguas européias. *Origem das línguas, reconstrução da língua primitiva, comparação* passam a ser os temas dominantes do momento. Assim é que, em seu entusiasmado livro *Über die Sprache und Weisheit der*

Indier (Sobre a Língua e a Sabedoria dos Indianos), publicado em Heidelberg, em 1808, Frederico Schleguel (1772-1829), pioneiro dos estudos indianos, foi um dos primeiros a utilizar a expressão *vergleichende Grammatik*, “gramática comparada”, bem como a proclamá-la como o método científico que conduziria à origem das línguas. Nessa obra tão representativa da mentalidade lingüística da primeira metade do séc. XIX, vale ressaltar duas questões de princípio, verdadeiros “pontos de honra”, ardorosamente defendidos por Schleguel, e cujos

desdobramentos determinariam alguns rumos “enviesados” da ciência lingüística. Um primeiro ponto de honra para Schleguel é que *vergleichende Grammatik*, “gramática comparada”, ao estudar as relações entre o sânscrito e as demais línguas, poderia certamente fornecer “informações inteiramente novas acerca da genealogia da linguagem, assim como a anatomia comparada deitou luz sobre a história natural...” (3). Já é possível entrever nas palavras de Schleguel o vazo genealógico e o germen naturalista-positivista que iriam marcar toda uma geração de lingüistas para quem as línguas deveriam ser estudadas como orga-

nismos naturais, que nascem, crescem, envelhecem e morrem. Um segundo ponto de honra era o papel primordial da Índia no contexto do mundo indo-europeu; dentro do clima de euforia gerado pela “descoberta” e o ensino do sânscrito (é bom lembrar a atuação desbravadora da Escola Nacional de Línguas Orientais Vivas que, criada em Paris, em 1795, foi responsável pelo ensino e a divulgação das línguas e das literaturas da Índia e do Irã), Schleguel considerava os indianos como os criadores da linguagem, da sabedoria e da cultura indo-européias. Tal concepção constituiu, na verdade, uma “faca de dois gumes” para a história do pensamento lingüístico. De um lado, o entusiasmo pela Índia justificava-se plenamente: além de propiciar o estudo comparativo (ou a *gramática comparada*) e a descoberta da origem comum das línguas indo-européias, a revelação do sânscrito descortinou, para os intelectuais do Ocidente, toda a riqueza temática e lingüística da cultura e da literatura indianas. De fato, as vastas e variadas coleções de textos indianos tratavam

FRIEDRICH SCHLEGUEL
(1772-1829)

2 Paris, Hachette, 1922

3 Citado por M. Leroy, *As Grandes Correntes da Lingüística Moderna*, São Paulo, Cultrix, 1971

de tudo: cosmogonia e religião nos *Hinos Védicos*, filosofia nas *Upanichades*, história, astronomia, medicina, direito (*Leis de Manu*), erótica (*Kamasutra*), música, literatura (as epopéias *Mahabharata* e *Ramayana*), teatro - e é bom lembrar que, ainda recentemente, o prof. Carlos Alberto da Fonseca (da área de Língua e Literatura Sânscrita, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) promoveu, com êxito, a encenação da peça *Chacuntala*, uma bela construção dramática e poética do teatrólogo Kalidasa.

Mas... - na sinuosa história da Lingüística há sempre um *porém* - o papel do sânscrito foi superestimado a partir de um viés da percepção histórica dos primeiros indo-europeístas. O fato é que o sânscrito foi valorizado não pelas qualidades e virtudes intrínsecas à expressão lingüística e à cultura indianas, mas por um estereótipo que, durante os séc. XIX (e mesmo no séc. XX!), norteou formulações pretensamente científicas, a saber, a Índia ou o povo indo-ariano como a fonte mais pura e antiga de nossas origens culturais e lingüísticas. Essa percepção enviesada e, sobretudo, *entusiasmada* acabou por desencadear uma verdadeira *indomania* para cuja difusão muito contribuíram as teorias de dois eminentes lingüistas alemães: Franz Bopp (1791-1867), o “descobridor” da gramática comparada das línguas indo-européias, e August Schleicher (1821-68), o “naturalista” da ciência lingüística.

Bopp é, incontestavelmente, o criador do método histórico-comparativo, essencial para o estudo da origem e formação das línguas indo-européias. Apesar dos trabalhos desbravadores de alguns ilustres antecessores e contemporâneos seus - como o já citado Schlegel, ou o dinamarquês Ramus Rask que, embora pioneiro na descrição e comparação das línguas indo-européias (pois foi praticamente o primeiro a estabelecer as regras ou “leis” que permitiriam esclarecer mudanças fonéticas ocorridas na evolução das diferentes línguas indo-européias a partir de uma origem comum, como se pode verificar em seus penetrantes estudos sobre o norueguês e o inglês arcaico e, mais especialmente, sobre o zende ou persa antigo), Ramus Rask, repito, não teve a boa sorte de divulgar a sua obra em tempo oportuno, em parte, pela necessidade de tradução de seus textos, escritos em língua pouco acessível, como o dinamarquês, e, em parte, por sua morte prematura (1787-1832), ou ainda o célebre compilador de contos de fadas, Jacob Grimm (1785-1863) que, com a sua *Deutsche Grammatik*, demonstrou a importância da perspectiva histórica no estudo da evolução fonética dos dialetos -, a despeito de todo esse pioneirismo, é Franz Bopp que leva o título de fundador definitivo da gramá-

tica histórico-comparativa, com dois lances decisivos para a história da lingüística indo-européia. O primeiro foi a publicação, em 1816, de *Sobre o Sistema de Conjugação Sânscrita Comparado a das Línguas Grega, Latina, Persa e Germânica*, em que Bopp se empenha em demonstrar como o sânscrito é a língua que melhor ilustra a estrutura do indo-europeu. Conseqüentemente, segundo Bopp, estará mais preservada a língua cuja estrutura apresentar mais afinidade com a do sânscrito. É o caso do grego, do latim e do germânico, citadas reiteradamente por Bopp como línguas mais “puras”, justamente por estarem mais próximas do sânscrito.

O segundo lance foi a publicação da *Gramática Comparada do Sânscrito, do Zende, do Grego, do Latim, do Lituano, do Gótico e do Alemão*, em 1833, quando Bopp enfatiza não só a condição do sânscrito como língua mais antiga e mais pura mas, sobretudo, o estreito parentesco entre essa língua e os dialetos germânicos. O entusiasmo de Bopp pela perfeição e pela pureza das línguas indo-européias leva-o a um “disparate”: “as línguas semíticas são de uma natureza menos fina...” (sic!).

Infelizmente, tais observações, de cunho apenas metodológico, assumem o caráter de verdades e vão circular como autênticos clichês no senso comum do pensamento lingüístico do séc. XIX, criando uma lógica casuística, base para o surgimento de alguns grandes mitos sobre a origem dos povos e das línguas, bem como sobre as relações entre língua “pura” e raça “pura”..., como foi o caso do arianismo.

A partir de uma visão “naturalista” da evolução lingüística, August Schleicher edifica todo um aparelho teórico, em sua obra *A Língua Alemã* (1860), para demonstrar que a evolução do indo-europeu para as línguas indo-européias se deu de modo semelhante ao crescimento de uma planta: é como se a língua fosse um organismo “natural”, com raiz, tronco e ramificações. Para Schleicher, as transformações lingüísticas constituíram um “afastamento”, uma espécie de degeneração, e era preciso, portanto, voltar ao tronco, à raiz, para reconstituir a origem “pura” das línguas indo-européias; também aqui, o sânscrito era a língua mais próxima da raiz indo-européia, razão pela qual Schleicher chegou a escrever fábulas em indo-europeu, tomando por base o vocalismo do sânscrito, em que a vogal predominante era *a* (*Avis Akvasas ca*, “a ovelha e o cavalo”). Ora, na verdade, o sânscrito não era tão arcaizante assim, pois o timbre vocálico *a* constituía uma inovação, como tão bem o demonstrou Ferdinand de Saussure, em 1878, com o seu desbravador trabalho sobre o sistema primitivo de vogais em indo-europeu. Ocorre que, como bem

observou E. Coseriu, a história das idéias lingüísticas, em vez de linear e lógica, é uma seqüência desordenada e cheia de ocos. Assim é que a lição de Saussure não teve a necessária repercussão na época e o que predominou foi a imagem de um sânscrito arcaico e puro, reforçando a indomania que carregava no seu bojo o mito ariano.

E como nesse mesmo séc. XIX, no esplendor do movimento romântico, uma certa intelectualidade alemã buscava as suas origens (*Ur*, em alemão) étnicas e lingüísticas (*Ursprünglich Sprache*, “a língua original”), surgiu a *germanomania* que muito se beneficiou da indomania. Uma explicação das origens do povo e da língua germânica elaborou-se casuisticamente, com a seguinte lógica:

1) O sânscrito, língua falada pelos *aryas*, reflete a pureza do indo-europeu.

2) O alemão está próximo do sânscrito e das origens arianas

3) O alemão também reflete a pureza ariana.

Resulta daí o arianismo como um conceito étnico-lingüístico! E o alemão é apresentado como a língua perfeita de uma raça igualmente perfeita: a raça ariana.

Mas essa “lógica” não deve surpreender o leitor: na verdade, tal concepção étnico-lingüística já vem de longe, na história de uma mentalidade “germânica”. No séc. X, após a fundação do “I Reich”, já é possível perceber nas palavras do Bispo Liutprando de Cremona um forte sentimento de “germanidade” em oposição a uma “latinidade”:

“Nós, os lombardos, os saxões, os francos, os lotaríngios, os bárbaros, os suevos, os borguinhões temos um tal desprezo pelos romanos que, quando procuramos exprimir nossa cólera, não encontramos termo mais injurioso para insultar nossos inimigos do que o de romanos...” (4).

A consciência étnico-lingüística da germanidade pode ser ilustrada pela observação de Notker, o Gago, religioso de Saint-Gall (também do séc. X), ao estabelecer uma clara distinção entre “nós, que falamos a língua têtusca...” e os outros que falam idiomas romanos ou eslavos. Vale lembrar que o termo “têtusca” ou “teutônica” (em que parece estar presente *theo*, “deus”) teria originado *deutsche*, “alemão”. Muito oportunamente, Léon Poliakov criticou a suposta relação entre língua e etnia:

“... a um milênio de distância, um sentimento comunitário primitivamente expresso em termos de ‘língua’ acabou por ser formulado em termos de ‘raça’, como se estes dois conceitos, intercambiáveis entre si, recobrissem a mesma realidade psico-histórica” (5).

Esse sentimento de germanidade, que englobava os conceitos de língua/povo/raça/nação/sangue/origem, foi desencadeando, pouco a pouco, um deslumbramento místico-religioso, como podemos verificar, por exemplo, nas palavras e idéias de:

a) uma discípula da religiosa renana Hildegard von Bingen (séc. XII), segundo a qual Adão e Eva falavam a “teutônica língua”;

b) um médico alsaciano, Lorenz Fries (séc. XVI), para quem o alemão era superior ao francês, por representar a *ursprünglich Sprach* (“a língua original”);

c) Lutero que se vangloriava de poder entender e encontrar Deus “... na língua alemã, que nunca nem eu nem vós pudemos encontrar nem em grego e nem em hebraico...” (6).

E, por falar em Lutero, é exatamente na época da Reforma que se configura, com mais nitidez, o mito do *homem alemão*, a partir da relação entre a alegada pureza primitiva da língua e as origens da nação alemã. Como bem assinala o historiador Paul Joachimsen (7), essa obsessão pela *Ur* (“origem”), isto é, pelo resgate das origens do povo germânico (*germanische Urzeit*), acaba por conduzir “... à elaboração de um certo ideal do homem alemão...”, cujas qualidades provêm não de uma herança “transferência pontifícia” mas de uma herança ancestral daqueles invencíveis germanos que “abateram o colosso romano”. Esse vínculo do *homem alemão* com os tempos arcaicos da *Germania* provocará uma fratura definitiva entre a germanidade (*Deutschland*) e a latinidade (ou não-germanidade, a *Welchslant*). É o embrião da *germanomania*: a partir do séc. XVI, historiadores, poetas e filósofos, seduzidos pela miragem da germanidade primitiva, vão proclamar e alimentar o tema recorrente da pureza da língua/raça alemã, até o momento em que, no séc. XIX, com o avanço da lingüística indo-européia, sobretudo a “descoberta” do sânscrito, a *germanomania* se cruzará com a indomania, em direção ao mito ariano... Adolf Hitler não está sozinho, portanto, ao expor, em *Mein Kampf* (*Minha Luta*), a superioridade do *ariano* diante da inferioridade do semita. Antes de Hitler e com Hitler, houve e há muitas vozes e textos preparando o terreno para a construção de um racismo com bases étnico-lingüísticas. Assim é que, por volta de 1750, o considerado primeiro grande poeta da Alemanha moderna, Friedrich Gottlob Klopstock, propõe uma nova cosmogonia, substituindo as musas e deuses gregos pelos mitos e deuses germânicos, ao mesmo tempo em que proclama a pureza da “nossa língua” (*unsere Sprache*), ou melhor, o alemão. Na esteira de Klopstock, o mitólogo Herder e, mais particularmente, seu

4 Citado por L. Poliakov, *O Mito Ariano*, op. cit.

5 *O Mito Ariano*, op. cit.

6 *Idem*.

7 *Idem*.

8 *Idem*.

9 *Idem*.

10 Paris, MA Edisora, 1985.

discípulo Friedrich Graeter semeariam as bases de uma “religião” germânica; Graeter destacaria, por exemplo, as virtudes dos heróis dos *Nibelungen* (8). Mas, em 1780, a germanomania sai do estágio embrionário e difuso para ser oficialmente consagrada no pronunciamento do Conde de Hertzberg, perante a Academia de Ciências de Berlim, sobre “as causas da superioridade dos germanos sobre os romanos” (9). A partir de então é possível perceber, com a “instalação” da germanomania na história da mentalidade alemã, a frequência com que eclodem as manifestações em prol da pureza e heroísmo ancestrais do homem alemão. Por volta de 1800, Schiller elege o povo alemão como o “núcleo do gênero humano” e profetiza a primazia da língua alemã sobre todas as outras. E Hoelderlin sonha com o glorioso passado da Alemanha, cantando o heroísmo e a virilidade de seus guerreiros. Já no início do séc. XIX, após a destruição da Prússia, Fichte procurava, em seus *Discursos à Nação Alemã* (*Reden an die deutsche Nation*), entusiasmar e mobilizar a juventude alemã, demonstrando como a filiação com o *Urvolk* (“povo original”) e com a *Ursprache* (“língua original”) conferia a essa mesma juventude o privilégio de representar a germanidade pura e redentora da humanidade; em tom “bíblico”, Fichte advertia os jovens da importância de sua missão: “... se sucumbirdes, a humanidade inteira sucumbirá depois de vós...” Não deve ser por mera coincidência que Hitler dirá, décadas mais tarde, no cap. XI, sobre “O Povo e a Raça”, de *Mein Kampf*, que:

“Tudo o que possuímos hoje, diante de nós, de civilização humana, de produtos de arte, da ciência e da técnica, é quase exclusivamente fruto da atividade criadora dos Arianos. Esse fato permite concluir, pela recíproca, e não sem razão, que somente eles foram os fundadores de uma humanidade superior e, conseqüentemente, que representam o tipo primitivo daquele que entendemos sob o nome de ‘homem’. O Ariano é o Prometeu da humanidade; a centelha divina do gênio brotou sempre de sua fronte luminosa (...) Se fizéssemos o Ariano desaparecer, uma profunda escuridão desceria sobre a terra; em alguns séculos, a civilização humana se dissiparia e o mundo se tornaria um deserto” (grifos meus).

Cabe insistir: Hitler nunca esteve sozinho. Sempre foi muito bem cercado por toda uma plêiade de precursores e “vizinhos”. Dentre estes, o conde Joseph Arthur de Gobineau (1816-82) faria escola com o seu clássico *Essai sur l'Inégalité des Races Humaines* (Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças Humanas). Publicada em 1853, a obra de Gobineau, em que se expunha a teoria da supremacia ariana, suscitou reações polêmicas:

alguns consideravam um trabalho soberbo, embora mal conhecido, enquanto outros o viam como um texto elitista, próprio de uma nobreza que, em decadência, reclamava a necessidade da preservação da pureza racial. Mas é inegável o seu impacto e a sua influência em intelectuais seduzidos pela *Ur* (“origem”) ariana, como o compositor Richard Wagner e, mais especialmente, seu genro Houston Stuart Chamberlain, autor do apaixonadamente racista *Os Fundamentos do Século XIX*. E, quaisquer que fossem as intenções de Gobineau, sua obra desencadearia um surto de idéias e teorias racistas, como observa oportunamente Lydia Flem em *Le Racisme* (10):

“... ele não incita ao crime, é muito ‘elegante’ para tanto; é difícil, entretanto, negar que seu *Ensaio* seja racista”.

Com efeito, ao defender a hegemonia da raça branca, Gobineau sustenta a tese de que somente os brancos, oriundos dos “Arianos” e mantidos quase puros até o início da era cristã, possuem “os dois principais elementos de qualquer civilização: uma religião e uma história”; não haveria, portanto, uma verdadeira civilização, onde não houvesse dominação de algum ramo ariano. Fica evidente, pois, que, na construção do mito ariano, o papel de Gobineau foi o de formular “cientificamente” a relação entre pureza étnico-lingüística e superioridade da raça ariana, apoiando-se nos argumentos inspirados na lingüística indo-européia e nas ciências da moda, nesse fim do séc. XIX, a saber, a craniologia (pela qual se procurava determinar a relação entre o formato do crânio e a superioridade racial) e a antropologia física. O *Essai* de Gobineau consolidou-se a tal ponto como referência para as ciências no séc. XIX que, a partir dele, a idéia de uma nítida oposição entre ariano e não-ariano passa a circular como lugar-comum entre os teóricos, ensaístas e pensadores europeus. Basta lembrar Renan que, seguindo o exemplo do renomado filólogo Max Müller, fazia a apologia do arianismo, ao escrever, em 1855, em sua *Histoire Générale et Système Comparé des Langues Sémitiques* (História Geral e Sistema Comparado das Línguas Semíticas):

“Sou... o primeiro a reconhecer que a raça semítica, comparada à raça indo-européia, representa realmente uma combinação inferior da natureza humana...”

E. Drumont, em seu *La France Juive* (*A França Judia*), realiza, em 1886, a primeira síntese dos temas do moderno anti-semitismo, como bem assinala Lydia Flem no já citado *Le Racisme*:

“... herança antijudaica cristã, anticapitalismo

FRANZ BOPP (1791-1867)

FERDINAND DE SAUSSURE (1857-1913)

judeóforo popular e teses racistas da nova antropologia física do séc. XIX...”

Mas é digno de nota que Drumont reforça, bem à maneira de Gobineau e de Renan, a oposição ariano/semita:

“... o semita é mercantilista, cúvido, intrigante, sutil, astuto: o ariano é entusiasta, heróico, cavaleiresco, desinteressado, franco e de uma confiança que chega à ingenuidade...”

E até mesmo - quem diria?! - Nietzsche, em *O Nascimento da Tragédia*, distinguiria a essência ariana da essência semita.

Nesse quadro geral do ideário racista, vale assinalar que, se a superioridade física dos arianos tinha sido “comprovada” pelos estudos “científicos” da craniologia e da antropologia física, os próprios craniólogos e antropólogos, como Paul Broca (1824-88) ou Adolf Bastian (1826-1905), reconheceriam a contribuição inevitável (embora não necessariamente premeditada) da lingüística e da filologia indo-européia para a teoria racista do arianismo. Para Broca, os antropólogos eram tributários dos lingüistas; para Bastian, que saudava “a tirania dos sanscritistas”, a filologia substituíra com vantagem a craniologia (11).

É por esse tortuoso itinerário que chegaremos à consagração da ideologia racista com o já citado *Os Fundamentos do Século XIX*, de Houston Stuart Chamberlain, defensor incondicional do arianismo. Para Chamberlain, “mesmo se fosse provado que jamais houve raça ariana no passado, queremos que haja uma no futuro: para homens de ação, eis um ponto de vista decisivo” (12). Para o imperador Guilherme II, seu correspondente durante mais de vinte anos, Chamberlain defendia ardentemente um “arianismo germânico original” como o caminho a seguir para a salvação da Alemanha e, conseqüentemente, do gênero humano (13). Nesse cruzamento de textos, Chamberlain teria forte influência em *O Mito do Século XX*, síntese do racismo nazi-facista, de autoria de Alfred Rosenberg, filósofo do partido nazista. Para completar o cerco dos “vizinhos” de Hitler, é oportuno citar o poeta vienense Otto Weininger que, nascido em 1881, suicidou-se em 1904, por... ódio de si mesmo (*Selbst Hass*); usando de uma argumentação estranha, para não dizer absurda e típica de uma personagem de Ionesco, Weininger estabelece uma relação entre feminilidade e judaísmo:

“Nosso tempo não é somente o mais judeu, mas também o mais feminino de todos os tempos” (14).

Coincidentemente (?!), em *Mein Kampf*,

Hitler apontará o traço feminino como uma característica da fragilidade do não-ariano e, mais particularmente, do semita.

Mas não deixa de ser notável, e doloroso, observar que toda essa celebração da pureza e da superioridade étnico-lingüística do ariano-alemão não é coisa do passado! Em 1966, numa famosa entrevista concedida à revista alemã *Der Spiegel*, ninguém menos que Martin Heidegger, defendendo a excelência da língua alemã, diria tranquilamente e convictamente:

“Penso num parentesco particular que existe, no interior da língua alemã com a língua dos gregos e com o seu pensamento. É algo que os franceses hoje me confirmam o tempo inteiro. Quando eles começam a pensar, falam alemão...” (15).

Como já dissemos aqui, por mais de uma vez, *Mein Kampf*, de Hitler, não é um produto isolado: trata-se de um texto resultante de um cruzamento de vários outros textos, até mesmo de Heidegger.

Bem, é desnecessário enumerar aqui as conseqüências práticas de toda essa ideologia lingüístico-étnico-racista. Certamente não foram acontecimentos muito lisonjeiros para a história da humanidade. Mas não deixa de ser pelo menos irônico lembrar aqui um pormenor que retoma, em toda a sua inteireza, o tema de nosso artigo. De fato, como é melancólico contemplar aquela advertência zelosamente colocada num banco de jardim, em pleno apogeu do nazismo: *NUR FÜR ARIER*, isto é, “só para arianos”.

É um triste produto dos descaminhos de uma bela ciência, a lingüística indo-européia. E um triste destino para *arya*, palavra que designava inicialmente a antiga tribo indo-ariana e cujo significado se ampliou, adquirindo o sentido de “homem livre”, “nobre”, “amigo” e “senhor”!

Eis aí uma dura lição para os teóricos, ensaístas, intelectuais e, particularmente, lingüistas e filólogos. Isolados e alienados entre as quatro paredes do nosso *huis clos* pretensamente científico, desinteressado ou não-consciente dos desdobramentos, explorações ou “barateamentos” de descobertas aparentemente e momentaneamente “luminosas”, podemos enveredar por caminhos sinuosos. É aqui, então, que adquire pleno sentido o sinistro aviso da empregada do Professor em *A Lição*, de Ionesco. Ao constatar que o Professor, em suas *entusiasmadas* aulas particulares de “doutorado total” em filologia, acabara de assassinar mais uma aluna, a zelosa doméstica adverte o seu patrão “filólogo” quanto às conseqüências do ensino da filologia: “... L'Arithmétique mène à la Philologie, et la Philologie mène au crime...” (“...A aritmética leva à filologia e a filologia leva ao crime...”).

11 Ver L. Poljakov, *O Mito Ariano*, op. cit.

12 Ver Lydia Flem, *Le Racisme*, op. cit.

13 Idem

14 Idem

15 “Réponses et Questions sur l'histoire et la Politique”, in *Mercur de France*, 1968